

A ONOMÁSTICA MATIS E AMAZÔNICA ?

Ph. Erikson, Universidade de Paris X-Nanterre

Os Matis, pequeno grupo pano do médio Itui (bacia do Javari, Amazonas) utilizam o nome próprio de maneira freqüente. Uma das primeiras perguntas que fazem a quem chega onde moram é justamente : autsine mibi ('qual é o teu nome?'). Até o nome de mortos pode ser proferida, apesar de haver uma tendência a evitá-lo, devido ao teor nostálgico, sinanek, que a sua emissão sugere.

Contrariamente Os Matis, diferentes da maioria dos outros grupos amazônicos descritos até o presente momento, não só fazem largo uso de seus nomes mas também exigem que sejam respeitados, como vem confirmar o seguinte exemplo: ~~Um~~ ^o garoto cujo nome é Kwini ficou zangado ao ser apresentado a um médico da FUNAI sob o apelido de Pusapa ('que é semelhante ao estômago'), alusão à sua voracidade juvenil. ~~Todos~~ ^O mundo chama ^m ~~lo~~ ^{sempre} Pusapa, mais ele queria que o seu verdadeiro nome fosse escrito na ficha de vacinação.

Ora, trata-se, nesses casos, do nome "verdadeiro", ^o aquele único e definitivo, que é conferido ao recém-nascido logo após o seu reconhecimento social, isto é, logo após o momento em que o recém-nascido é pego ^{nos} braços (ikukek) por uma mulher diferente de sua mãe.

Após uma breve descrição do fenômeno de nomeação matis, explicaremos ad que corresponde essa liberdade de expressão onomástica bastante fora do comum.

Nomear, kwimurek, completa o nascimento, chega mesmo a reproduzi-lo, como atesta a sua provável etimologia: kwí ('órgãos genitais femininos') designa o sexo da mulher, enquanto que murek ('engendrar'), significa "dar vida".

Assim, um nascimento onomástico ~~responde-a~~^{ecoa} um nascimento biológico, lembrando as sociedades Gê, embora ~~que~~, neste ~~último~~ caso, a nomeação como ato seja menos importante que seu resultado e não instaure nenhum vínculo particular. De facto, não é de se surpreender pois são os pais biológicos que nomeam seus filhos, aconselhados, se necessário fôr, pelos mais velhos. Aqui, o nome vem unicamente confirmar o nascimento fisiológico, a pessoa onomástica sendo idealmente uma réplica antes dum acréscimo do corpo.

Entre nominadores e genitores, retomando a distinção de Melatti (1968), existe então, à primeira vista, mais superposição e repetição que oposição e complementariedade. ~~complemento~~ ~~Este~~ Isto posto, a aproximação entre o oeste amazônico e o Brasil central não é puramente fortuita. O desdobramento entre pessoa física e onomástica corresponde, na verdade, em ambos os casos, a um mesmo intuito: o de expandir a esfera dos ~~participantes~~ ^{na} intervintes ~~dentro da~~ constituição dos seres.

Bem que não inteiramente por acaso, não menos surpreendente é o fato de que o tio materno pano intervenha, como seu homólogo Gê, no processo da nomeação. A única diferença é que nas sociedades pano, o irmão da mãe serve apenas de intermediário, de ponto de ligação, agindo a posteriori através de tatuagens. Mas a função desses é justamente -pelo menos entre os Kaxinawa- de manter o nome,

de atá-lo definitivamente a si (cf. McCallum, ms., Erikson, 1986). Portanto, a nomeação pano poderia se inserir dentro do contexto mais geral do idealismo amazônico, segundo Kaplan (1976). Mas por enquanto, esse trabalho ~~restinge-se~~ ^{restrange-se} unicamente à onomástica matis, sem maiores preocupações.

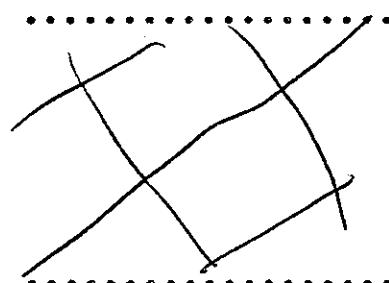
* * *

Teoricamente, os homens matis recebem o nome de um pai do pai e as mulheres o de uma mãe da mãe. A transmissão descende então normalmente em linha materna para as meninas e agnática para os meninos. Resulta daí, como em todo oeste amazônico (cf. S. Hugh Jones, 1976) uma recorrência bigeracional dos nomes, implicando ^{ver} uma repetição das gerações alternadas ~~e em~~ ^{e em} também que uma autonomia dos sexos.

Essa norma ambí -ou melhor, homo-lateral da transmissão do nome é particularmente posta em evidência no caso dos cachorros. Ainda que sejam, antes de tudo, os companheiros de caça dos homens, as fêmeas são de propriedade formal das mulheres. Todos os filhotes machos tem o nome de seus avós paternos putativos sendo que as fêmeas tem os de suas avós maternas. Se o nome dos cachorros, que nunca parece ser utilizado, não serve para nada, apresenta ao menos a vantagem de atiçar a curiosidade do etnólogo!

Em contrapartida, a transmissão onomástica paralela (^{lateral} unisexuada) dos humanos, longe de prestar contas de todos os casos concretos, é apenas um ideal. Na prática, os acasos da vida e a simetria do sistema fazem com que uma mulher possa nomear seu filho assim como um homem sua filha. No primeiro caso, a nomeação é feita segundo o tio materno da mãe enquanto que o homem nomeia sua filha conforme sua tia

paterna. Diz-se então kuku kune ('dar o nome do tio materno') e nachi kune ('dar o nome da tia paterna').



No caso de paternidade incerta, multipla (se os genitores não forem irmãos) e principalmente incestuosa, a questão de saber quem nomeará a criança é essencial / dimensional. Às vezes, a imposição do nome acaba sendo uma grande discussão, pois somente o nome próprio poderá esclarecer a relação no caso de genealogia ambígua. Os Matis, numa situação destas, mostram-se muito mais indulgentes perante certos incestos que perante nomina confusa, que são raros e mal vistos. Ter um nome perpétuo é imperativo, mesmo que haja sempre vários genitores, o que às vezes chega ser demasiado.

Os casamentos obliquos, resultado do despovoamento dramático desses últimos anos, oferecem um exemplo que retrata bem o papel clarificador do nome. A nomeação legítima, ou seja, determina a posição das crianças frutos desses casamentos, minimizando as incongruidades que resultam do cálculo cognátilo dos laços. Pois se os parentes próximos podem dizer que fulano é tanto piak ('filho da irmã') quanto kaniwa ('filho do kuku') porque é filho da irmã e do tio materno também, os parentes mais distantes irão se fiar ao único nome, o eterno e definitivo, para determinar o grau de parentesco. O desdobramento da pessoa fica então sendo só acidental (em oposição a essencial). O

dualismo cognático pode produzir anomalias, mas por não ter repercussões na onomástica, não resulta na anomia!

.....

NOTA: Kensinger (1975:49) ilustra bem esse papel clarificador do nome numa discussão sobre aberrações nas taxinomias Caxinawa da macaxeira: para abreviar os debates, uma sua informante disse: "hawen kena" ('o nome dele').

.....

Os Matis utilizam os nomes exatamente como os termos de parentesco, a tal ponto que, ao ~~serem~~ ^{searem} indagados sobre os vínculos que os unem aos homônimos, ~~quiserem~~ ^{não querem} ~~querer~~ ^{levar} as relações genealogicas (em conta). Saber que fulano é homônimo basta: avi aní ('tem o nome') respondem os Matis, de jeito sistemático e não só como último recurso. A mulher, ao proferir os termos de homonímia, pode chegar a precisar a idade relativa, devido ao par misheni ('homônima caçula')/chia ('homônima mas velha'), que coexiste com o termo genérico anchioka, -aní ('nome'), chuka ('homônimo'). Note-se que uma das características da nomenclatura de parentesco matis é justamente a marca linguística das diferenças de idade.

Consegue-se até mesmo determinar os parentes distantes através dos próximos que tenham o mesmo nome. Basta, no termo de referência, ~~aditar~~ ^{adicionar} aní ('nome'). Quantas vezes, por exemplo, ouviu-se, no decorrer do trabalho de campo, "tita aní" ('homônima da mãe)! A onomástica fornece desse modo as fórmulas encurtadas para determinar os vínculos de parentesco.

O princípio de equivalência dos homônimos chega até a

possuir, dentro da terminologia de parentesco, uma expressão obrigatória. Nota-se, assim, na nomenclatura masculina, o emprego de nachiani ('homônima da nachi') ao invés de nachi (irmã do pai mas velha), para uma sobrinha cruzada ou tia paterna mais nova que Ego. Na feminina, a categoria dos irmãos do pai e dos filhos do irmão é designada pelo termo amioka, decomponível em amí ('pai') e chuka ('homônimo'), do mesmo jeito que anchioka é, segundo os próprios Matis, a mesma coisa que aní chuka (veja acima). Esta é uma das raras categorias em que nenhum Ego distingue as idades relativas. Aqui, o nome funciona não só como um laço de parentesco, mas ~~também no seu lugar~~ substitui-o também.

O exemplo amioka manifesta um certo número de características dos sistemas pano:

1. as suas tendências patrilineares são marcadas na terminologia. Nota-se que essas tendências são difíceis de conciliar com o cognatismo pano (cf. Hornborg 1987).
2. a acepção da homonímia pano é bastante aberta. No entanto, ~~se fôr~~ caso se torne evidente, ~~evidente~~ que as pessoas com o mesmo nome pertencem, supostamente, que o pai do Ego feminino ~~estejam supostas pertencer~~ à sua categoria, todas estarão distantes da possibilidade de ter o mesmo nome específico. A homonomia pano não é puramente literal.

.....
~~Em algumas nomenclaturas pano (Caxibo, Marinawa), os membros de fratrias inteiras sem distinção de sexo, são designados como homônimos (Wistrand 1967, Scott 1957) por meio de termos como.....~~

Nta Em caxinawa (Kensinger 1975) as seções mixtas definem-se como grupos de homônimos, de forma que não é claro ser a homonímia o princípio abstrato cimentando as seções, ou simplesmente uma forma metáforica de apresentar a coesão duma seção como equivalente à coesão dos homônimos. De qualquer jeito, é interessante notar que segundo Torralba (s.d.:39) "las secciones matrimoniales... tendrían como finalidad explícita la transmission de los nombres"

.....
3. Referindo-se ao nome, os pais são explicitamente reconhecidos por intermédio do Alter e não em relação direta a si mesmas.

A partir do momento em que o nome próprio intervém, constata-se, em todos os grupos pano, um tipo de suspensão, de distanciamento dos reconhecimentos egocentrados, lado, e uma abolição das distinções de idade relativa, do outro.

De maneira a esclarecer o porque de uma mulher chamar o filho de sua filha de buchi ('irmão mas velho'), um informante explicou que ele mesmo podia chamar seu filho de mama ('pai') pelo simples fato de que seu pai e seu filho tinham o mesmo nome.

Graças ao nome, os reconhecimentos são então potencialmente absolutos e o sistema sócio centrífugo. Os homônimos de fulano são os mesmos para todos. A homonímia abre os nomes pessoais para os nomes de categorias, e não não torna surpreendente que os Kaxinawa utilizem os nomes das seções no vocativo (D'Ans 1983), o mesmo em relação aos acontecimentos, aliás, com

Marubo. Estes, às vezes, precedem seus nomes próprios pelos nomes de ^{seção} (Melatti, 1977:104). O vocativo, como se pode constatar na literatura pano consultada, na maioria das línguas exceto em Matis, é kariera, conservando apenas os termos dirigidos aos mais velhos. Estes termos são completados, segundo alguns autores que estudaram esse ponto, por uma nazalização que evoca claramente o possessivo pano en -n (Montag 1981:590).

Vê-se assim o nome aparecer como um operador de classe, o que explica sem dúvida porque, ao menos no que se refere aos Matis, ~~que~~ ele é eminentemente mencionável. Entre outros grupos, o nome não pode ser utilizado por ser uma negação do laço de parentesco (Basso 1973, Petesch, n.d.). Entre os Matis, acontece o contrário, pois o nome é criador e não negador de vínculos. Essa particularidade explica também a forma insólita revestida pela teknonimia matis.

* * * *

A mediação das relações sociais, ~~quer dizer~~, ou seja, o fato de determinar um laço através dum outro, evoca naturalmente a teknonimia, e desculpem-me pela pequena digressão que faço a esse respeito.

Geralmente, quem fala de teknonimia pensa Piaroa, Txicão, Yanoama, etc (cf. Kaplan 1972, Menget 1976, Ramos 1976). Acrescentamos com veemência que a formula matis situa-se nos antípodos desses modelos clássicos. Na verdade, a teknonimia matis, contrariamente ao que se constata em geral, incluindo os demais grupos pano, opera de maneira que caçulas ou dependentes sejam atribuídos a uma pessoa mais velha e prestigiosa.

As crianças são ditas filhos ou filhas de fulano, Daman papi ('filho de Damá') ou Seton champi ('filha de Seto'). Uma moça cumula uma dupla heresia amazônica, sendo Darapan shari ('orfã de Darapa'). E, evidentemente, cada um usa estas designações ^{para} si. "Quem esta indo lá, Tukuman champi ('filha de Tukumá')? "Não, é Kwinin papi ('filho de Kwini') responde um garoto".

As mulheres também podem ser atadas aos seus maridos dessa maneira. Por exemplo, a esposa de Damá é Daman awin ('esposa do Damá') e até mesmo a propria mãe pode chama-la desse jeito.

Vê-se assim surgir pontos de focalização no socius, sendo que as famílias de base cristalizam-se ao redor deles. Entretanto, portanto, a teknonimia também estabelece grupos através de um nome, definindo o Alter de maneira socio-cêntrica. A referência, aqui, é dirigida principalmente aos chefes de familia e não às seções que, por sinal, não existem nos grupos pano setentrionais (Matses, Matis). Será que os Matis, de uma sociedade tão pequena, transpuseram suas seções ao nível micro-social adequado?

* * * *

Observou-se a onomástica exercer um papel regulador e socio-centrico na sociedade matis. Mas, sabe-se, também, que o estoque de nomes é limitado e que irmãos tem normalmente o mesmo. Mas, como é que a função particularizante, associada sempre e em toda parte ao nome próprio (cf. Levi-Strauss 1962, Petesch ms.) pode Aesde então expressar-se nessas condições?

O individualismo e o senso de humor dos pano não

sabriam evidentemente se contentar de uma onomástica puramente genérica. Mesmo se o polo do Eu aparece sistematicamente minimizado em prol da pessoa social nas designações pano, estas permitem ao final a distinção entre os diferentes indivíduos, principalmente ~~se fôr~~ ^{por} no intermédio de fracionamento dos nomes em apelidos, e ~~em~~ ^{do} que chamamos de pós-nomes.

Esta ideia de fracionamento pode surpreender, mas, na verdade, o apelido matis é muito mais um fragmento do nome que um elemento aditivo que se justaporia. Por fim, veremos que o apelido é descriptivo e designativo só na prática, e totalmente transitório. Normativamente, aparece como uma variante contextual do verdadeiro nome e não como um complemento.

Por exemplo, os Matis dizem que o apelido Puchipuchi se trata de um chorilho, mesmo que seja pronunciado somente ao falar ^{se} ^{Werlo} dum homem matado há anos por um madeireiro. A explicação é que o nome verdadeiro do Puchipuchi era Makiz, um dos mais comuns na sociedade matis contemporânea. Apesar do fato quedo único homem ^{que} chamado assim ter desaparecido tragicamente, existe ainda muitos cripto-Puchipuchi pois um Puchipuchi está dormindo em cada Makiz.

Nota-se assim que os particularismos podem se manifestar, mas são simultaneamente negados pela propria concepção do nome. Os sistemas pano apoiam-se demais no valor inclusivo de sua nomeação para permitir o desenvolvimento de unidades discretas (ponto a ser desenvolvido mais adiante).
.....

NOTA: Um fenômeno semelhante foi descrito pelos Caxinawa

entre os quais existe talvez um numerus clausus dos apelidos, cada um posto em correspondencia com um nome pessoal secreto, segundo uma codificação preestabelecida (D'Ans 1983). O autor chama-os de pró-nomes.

.....
~~Com a de proibição incidiendo~~
Em conformidade ~~a falta do proibido incidiendo~~ sobre o nome, os apelidos matis tomam muitas vezes a forma de simples apêndices onomásticos pospostos ao nome stricto sensu. Dois Binã poderão ser assim um Binã tuku ('Binã pequeno') e o outro Binã shono ('Binã grande'), em função ~~de~~ suas respectivas alturas. O irmão classificatorio deles poderá ser -em relação a ele- Binã wasa ('Binã claro')

Os adultos são geralmente chamados dessa forma, e aos membros menos prestigiosos da comunidade são reservados os verdadeiros apelidos, ~~que~~ que não fazem nenhuma referência ao nome oficial. O nome puro, ao contrário, parece ser destinado na prática só ao mais velho de uma macro-fratria de homônimos, como se ~~ivesse~~ houvesse uma hierarquia nas designações conforme à hierarquia ligada à idade.

Tumi, o segundo na idade dos homens matis distingue-se assim de Tumi wasa ('Tumi branco') pela auséncia de qualificativo. Ouve-se às vezes o barbarismo Tumi preto emprestado da terminologia empregada pela FUNAI para distinguir entre esses dois Tumi que são coresidentes e que tem mais ou menos a mesma idade. A derivação do português mostra no entanto a anomalia de tal denominação. Os aditivos onomásticos devem ter uma tonalidade neutra ou pejorativa: se o antônimo de wasa, a saber wisu ('preto')

nunca aparecer, é porque o preto é valorizado e faz referência à senioridade, que é incompatível com a concepção matis do apelido como apanágio da juventude.

Isso leva a pensar que o que foi designado de pós-nome pode se tratar de uma série de marcadores que permite a distinção entre os homônimos (é assim uma maneira de ver as coisas). Mas observa-se que, em certos casos, o aparecimento ^{junto ao} desses complementos ~~bem~~ ~~o~~ nome de base é tão pren�ante que o resultado utilizado sistematicamente parece ser estático ao ponto de perder todo vínculo com sua origem e acabar sendo um nome composto. Pois o pós-nome pode-se transmitir ao mesmo tempo que o nome, quer dizer, chegar a fazer parte integrante dele como Puchipuchi inseriu-se em Maki.

Atualmente, por exemplo, há dois Binin bwishō ('Bini cego'). Esse é um sobrenome, mas utilizado como um nome, pois Bini, teoricamente o nome deles, nunca parece ser utilizado.

Bwishes significa cego e o -n marca nesse caso um locativo. Ora, nenhum desses Bini apresenta uma deficiência visual! Um deles herdou simplesmente o pós-nome ao mesmo tempo que o nome de um ascendente menos ~~forte~~ (^{felix} seu pai do pai), enquanto que o outro, um bebê nascido en 1985, recebeu o nome segundo o Binin bwishō que diz ser o irmão de sua mãe solteira, quer dizer, o kuku dela, utilizado para kuku kunek.

Assim um pós-nome pode ser transmitido até a geração -4, encontrando-se nesse sentido desprovido de todo fundamento. Há como no caso andaluz estudado por Pitt-Rivers (1971:ch.5) um desperdício semântico do apelido à medida que ele se

repete. Mas, a particularidade dessa usura aqui é que ela parece responder a um intento.

No exemplo mesmo dos Bini cegos, observou-se ^a a ocorrência do efeito humorístico que os pano fazem sistematicamente das equivalências onomásticas. / Nota-se também nesse caso uma forma de negação do particularismo dos pós-nomes através da transmissão destes às ~~gerações~~ ^{Nas} alternadas. Aparece assim, graças ao poder de absorção do nome, um tipo de assimilação regressiva dos apelidos. E claro, -pelo menos alguns anos após- que não ~~tikam~~ ^{tikam} nada de individualizante: não os receberam outros tais quais?

Essa reafirmação retroativa da coesão dos homônimos fornece uma solução muito elegante para acabar com o jogo de tradição entre a necessidade de individualização e a norma sócio-cêntrica.

^{Compromisso}
O comprometido adotado parece ser tão astucioso quanto ao absurdo das situações resultantes deste tratamento literal da unidade nominal. O pós-nome acaba perdendo a razão de ser e fica abandonado. Em algumas gerações a amnésia onomástica ^{intervém} intervira e os neônimos compostos ^{reintegraram-se} ~~reintegrarão-se~~ ao estoque dos nomes verdadeiros. ^{Tudo} E atestado pela extraordinária homogeneidade dos nomes dentro do conjunto de família linguística pano.

Contrariamente ao que Lave (1979) descreve ^{entre} sobre os Krinkatí, a transmissibilidade dos apelidos não produz ^(34vi) nem uma renovação nominal, nem uma constituição de linhagens sinônimas na sociedade matis. A inflexibilidade classificatória dos sistemas pano ainda prevalece.

Entende-se assim que se o respeito à forma onomástica

original predominar, o princípio de transmissão dos pós-nomes e dos apelidos não é menos primordial.

Paradoxalmente, é imperativo que eles se transmitam para que seja respeitado o sócio-centrismo onomástico, por um lado, e que terminem acabam por desaparecerem, de outro lado, renovando-se e preservando ao mesmo tempo e permanecendo assim como preservar o seu potencial discriminante.

* * * *

Aparentemente, o apelido, individualista demais para ser tolerado, existe só para desagregar-se. Como conclusão, insistimos portanto ainda no individualismo matis, pois esse grupo não se mostra de forma alguma consciente do potencial kariera de sua onomástica. Para ele, a homonímia parece ser vista no sentido estrito, e a transmissão identitária parece ser percebida caso por caso. A ênfase é dada muito mais em termos de indivíduos que de grupos.

Uma jovem mãe afirmou assim que seu filho chamava-se Kiripo (do português "grifo") como o kuku dela, dando aparecer que não importava para ela que a criança fosse sobretudo um Makí (mais um!). O importante, para ela, era quem foi que deu o nome à criança, e não o nome em si.

Mesmo o que pode se chamar de princípio de Puchipuchi não é aplicado rigorosamente porque há, por exemplo, dois mulheres com o apelido de Enawat ('cavivara') que são ditas não serem homônimas. Ninguém se surpreende com a explicação de que foram nomeadas segundo duas mulheres diferentes.

Neste caso, como uma é irmã do pai (nachi) da outra, a extinção da equivalência dos apelidos põe o sistema à sua mercê. Mas vê-se também aqui que, para os Matis, o que

prevalece são os vínculos interpessoais, e não as generalidades.

Kwini, um dos mais sabios dos Matis vivos, pensa dessa forma, porque após ter dito que poderia utilizar mama ('papai') para chamar o seu filho Bini, disse logo que poderia também chamá-lo de chayro ('pai da mae') pelo simples fato de que/ele era um outro Bini. Ora, o pai e o chayro são, num sistema kariera, diametralmente opostos, pertencendo a metades e a gerações distintas!

Um outro Matis, a quem perguntava por quê ele e seu irmão tinham uma ornamentação facial diferente, respondeu sem problema que era simplesmente porque o acupuntor que perfurou seu rostro tirou o modelo de um avô paterno (buchi) diferente do modelo utilizado para seu irmão. Então, o princípio de tirar o modelo dum buchi da geração mais 2 pode ser respeitado, mas sem resultar na uniformização da fratria...

Assim, está evidente que o revestimento kariera dos sistemas de transmissão da identidade (cujos ^{dos quais} sistema de parentesco, a onomástica e a ornamentação são facetões) resulta, na sociedade matis, apenas das tendências fundamentalmente anti-egóticas aqui tratadas. Resulta da aplicação repetida de princípios mecânicos em lugar de vir dum visão global. O seu contorno geral é definido em extensão pela soma algébrica das nomeações e das perfurações trans-generacionais. Não é definido em compreensão entre os Matis. Isto é, se houver uma sinapse geral, o que parece acontecer todavia é difícil se admitir que seja organizadora.

Hoje em dia, na sociedade Matis, todo mundo tem as

Ceu]

mesmas tatuagens e, ~~uma~~ uma unica exceção, os mesmos ornamentos permanentes. Até mesmo o conceito de metade parece ter desaparecido, a não ser a divisão do reino animal em duas classes, os ayakobo e os tsasibo. Ora, se certos Matis dissem pertencer aos tsasibo, isso não acontece em relação aos ayakobo.

Por ser pequeno demais, esse grupo provavelmente não pode apresentar as unidades sócio-centrícias que sem dúvida devem ter forjado suas concepções ontológicas durante várias gerações. E terminaremos expondo a seguinte questão: É necessário falar de sobrevivências? de postular que no tempo dos ayakobo, a onomástica era constitutiva de unidades sociais transcedendo as simples fratrias e as famílias teknonímicas encontradas hoje? Ou então, ao contrário, será que as secções pano não são, na verdade, apenas artefatos da propria onomástica?

Infelizmente, não é na sociedade Matis que vai se encontrar uma resposta a essas indagações, mas já que esse colóquio intitula-se "pesquisas recentes na amazônia", manifestamos a esperança de que o desenvolvimento recente dos estudos pano ofereça novas perspectivas comparativas.

BIBLIOGRAFIA:

A.M. d'ANS:

"Parentesco y Nombre, semantica de las denominaciones interpersonales Cashinahua, Pano", in Angelo Cordoba, ed., Educacion y Linguistica en la Amazonia Peruana, pp.65-100, Lima: C.A.A.P., 1983.

E. BASSO:

The Kalapalo Indians of Central Brazil, N.Y., Holt, Rinehart and Winston, inc.

Ph. ERIKSON:

"Altérité, tatouage et anthropophagie chez les Pano: la belliqueuse quete du soi", Journal de la Société des Américanistes, LXXII:185-210, 1986.

FIELDS H. & W. MERRIFIELD:

"Mayoruna (Panoan) Kinship", Ethnology, XIX(1):1-28, 1980.

A. HORBORG:

"Lineality in two-lines relationship systems", American Anthropologist 89:454-456, 1987.

S. HUGH-JONES:

"Like leaves on the forest floor...:Space and time in Barasana ritual", Actes du XLIIème congrès des amérivanistes, vol.II:205-215, 1976.

J.O. KAPLAN:

"Cognition, endogamy, and teknonymy: the Piaroa example", South Western Journal of Anthropology, XXVIII:282-297, 1972.

"Orientation for topic papers", Actes du XLIIème congrès, v.II:9-10, 1976.

K. KENSINGER:

The Cashinahua of Eastern Peru, The Haffenreffer Museum of Anthropology, 1975.

"Cashinahua notions of social space and social time", Actes du XLIIème congrès des amérivanistes, v.II:233-244, 1976.

J.C. LAVE:

"Cycles and Trends in Krikati Naming Practices", pp.16-45 in D. Maybury Lewis, ed., Dialectical Societies, Harvard University Press, 1979.

C. McCALLUM:

Communication présentée au colloque "Physiologie et Cosmologie en Amérique Indigène", Azay-le-Ferron, mai 1987.

J.C. MELATTI:

"Nominadores e genitores: um aspecto do dualismo Kraho", in E. Schaden, ed., Leituras de Etnologia Brasileira, Companhia Editora Nacional, 1976 (orig. 1968).

"Estrutura Social Marubo: Um sistema australiano na Amazonia", Anuario Antropologico/76:83-120, 1977.

P. MENGET:

"Adresse et référence dans la classification sociale Txicao", Actes du XLIIIème Congrès des Américanistes, v.II:323-339, 1976.

S. MONTAG

Diccionario Cashinahua, Yarinacocha, Peru, Instituto Linguistico de Verano, 1981

N. PETESCH:

Le Nom, La Relation. Analyse du système nominatif dans les sociétés amazoniennes, mémoire de D.E.A., Université de Paris X-Nanterre, Juin 1984.

J. PITT-RIVERS:

The Fate of Shechem or the Politics of Sex. Essays in the anthropology of the Mediterranean, Cambridge University Press, 1977.

A.R. RAMOS:

"Nomes Pessoais e Classificagao Social na sociedade Yanoama", Anuario Antropologica/76, pp.13-38, 1976.

M.R. & E. SCOTT:

"Marinahua social organisation", Informacion de Campo, No.174c, ILV-Peru, 1963.

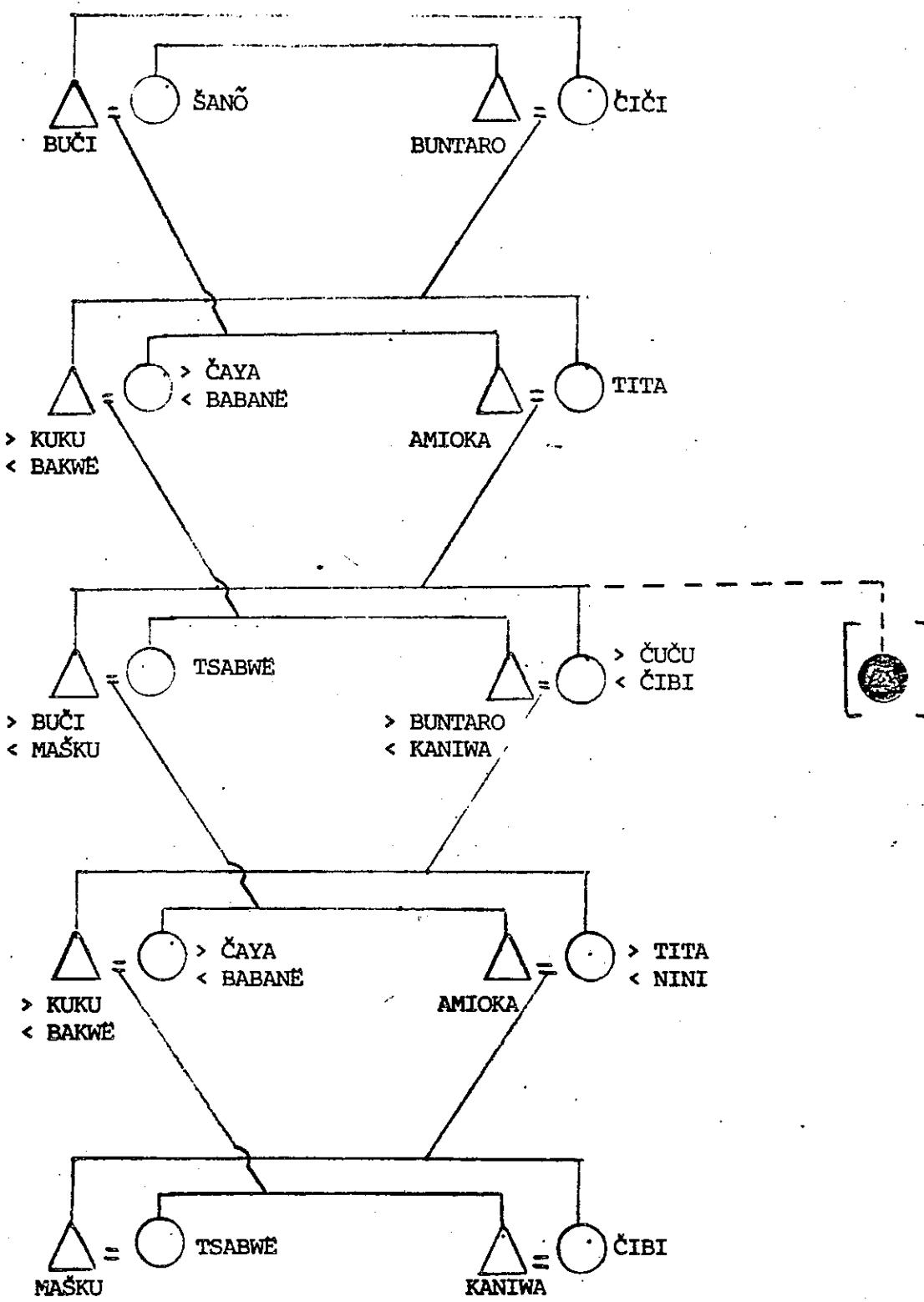
TORRALEA:

"Os Sharanahua", Antisuyu No.4, s.d.

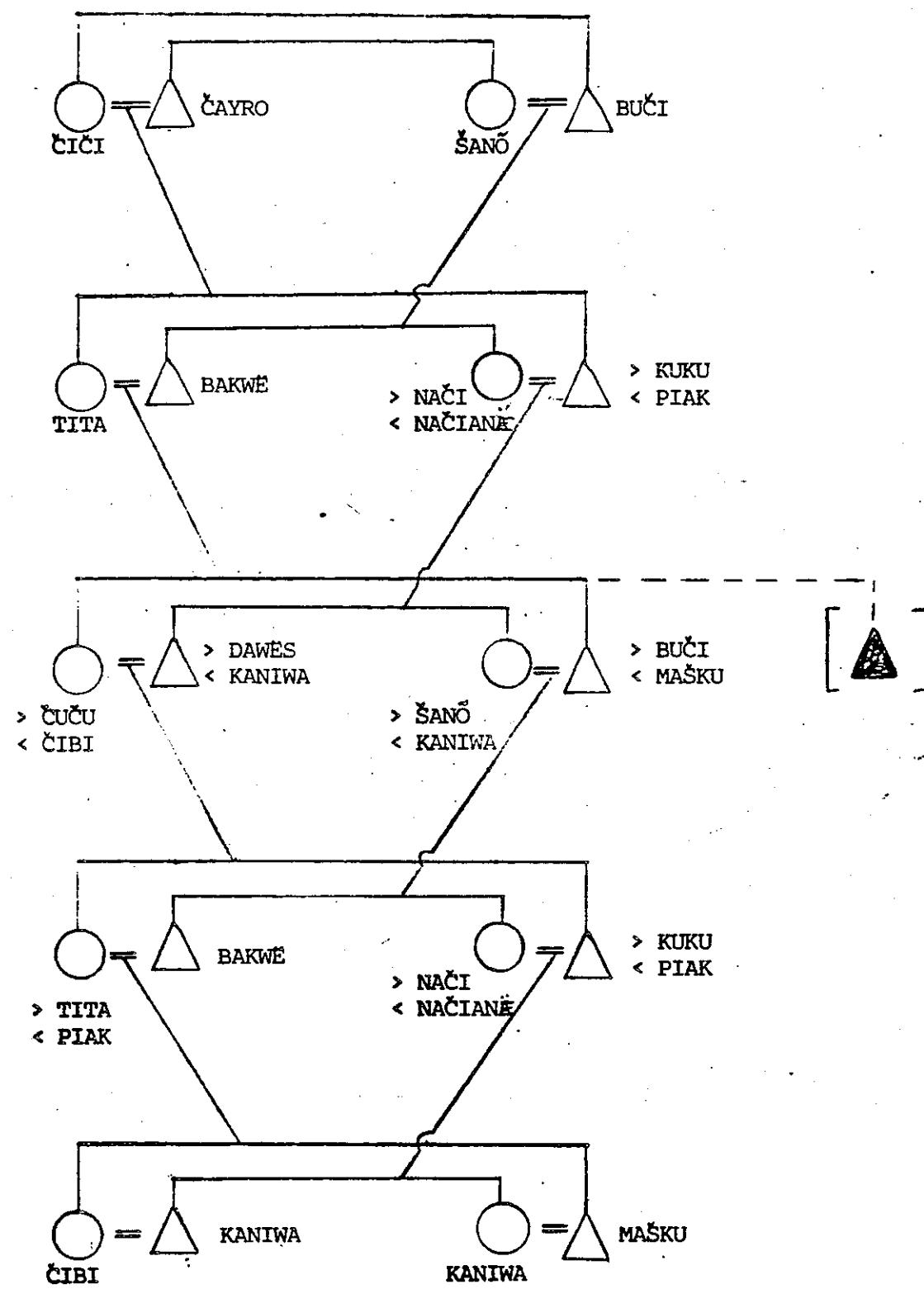
L. WISTRAND DE ROBINSION:

"Cashibo Kinship and Social Organisation", Informacion de Campo, No.171, ILV-Peru, 1967.

PARENTE CLASSIFICATOIRE MATIS. EGO FEMININ.



PARENTE CLASSIFICATOIRE MATIS. EGO MASCULIN.



L'Onomastique Matis est-elle amazonienne?
Ph. Erikson, Université de Paris X-Nanterre

Chez les Matis, petit groupe pano du moyen Itui (bassin du Javari, Amazonas), le nom propre s'emploie couramment. Une des premières choses qu'on vous demande en arrivant chez eux est d'ailleurs "autsine mibi", comment t'appelles-tu. Même le nom des morts peut être proféré, bien qu'on tends à l'éviter car sa prononciation rend sinanek -nostalgique.

Contrairement à tous les autres amazoniens décrits à ce jour, les Matis non seulement utilisent mais encore revendent leurs noms comme en atteste l'anecdote suivante: un jeune garçon dont le nom est Kwini mais que tout le monde appelle Pusapa (allusion à sa voracité juvénile) s'est fâché lorsque je l'ai présenté ainsi à un médecin de la FUNAI. Il tenait à ce que son véritable nom figure sur sa fiche de vaccination.

Or il s'agit bien, en l'occurrence, du nom "véritable", celui, unique et définitif que l'on confère au nouveau-né peu après sa reconnaissance sociale qui correspond au moment où une femme autre que la mère le prend dans ses bras (ikukek).

Après avoir décrit à grands traits les contours de la nomination matis, on tentera donc d'expliquer à quoi correspond cette liberté d'expression onomastique tout à fait inhabituelle.

Nommer, kwemurek, complète la naissance, voire la reproduit idéalement, comme en atteste son étymologie probable: kwe désigne en effet les organes génitaux féminins, tandis que murek signifie "engendrer"...

A la naissance biologique répond donc une naissance onomastique, ce qui n'est pas sans rappeler les sociétés Ge, à ceci près qu'ici, la nomination en tant qu'acte importe moins que son résultat, et n'instaure aucun lien particulier. Et comment s'en étonner puisque ce sont les parents biologiques qui nomment, conseillés, s'il le faut, par les anciens.

A première vue, nominateurs et géniteurs, pour reprendre une distinction de MELATTI (1968), s'opposent et se complètent donc moins qu'ils ne se superposent et se répètent. Ceci posé, le rapprochement entre l'ouest amazonien et le Brésil central n'est pas purement gratuit. Le dédoublement entre personne physique et personne onomastique correspond en effet dans les deux cas à une visée semblable: celle d'élargir la sphère des intervenants dans la constitution des êtres.

Par un hasard motivé, certes, mais non moins frappant, l'oncle maternel pano intervient d'ailleurs, -comme son homologue Ge-, dans le processus de nomination. La seule différence est que chez les pano, le frère de mère sert en fait d'intermédiaire, de relais, et agit a posteriori, par le biais des tatouages dont la fonction explicite -du moins chez les Caxinawa- est justement de faire tenir le nom, de l'accrocher définitivement à la personne (cf. McCALLUM, ms., ERIKSON 1986).

On pourrait donc insérer la nomination pano dans le contexte plus général de ce que KAPLAN (1976) appelle l'idéalisme amazonien, mais pour l'instant, on s'en tiendra à l'onomastique en tant que telle plutôt qu'à ses prolongements.

Théoriquement, les hommes reçoivent le nom d'un père de père, et les femmes, celui d'une mère de mère. Idéalement, la transmission procède donc en ligne utérine pour les filles, agnatique pour les garçons. Il en résulte, comme dans tout l'ouest amazonien (c. HUGH-JONES 1976) une récurrence bigénérationnelle des noms qui entraîne une répétition des générations alternes.

La norme ambi- ou plutôt homo-latérale de la transmission du nom est particulièrement bien mise en relief dans le cas des chiens: bien qu'ils soient avant tout les compagnons de chasse des hommes, les femmes ont toutefois la propriété formelle des femelles. Les chiots portent donc tous le nom de leur grand-père paternel, et leurs soeurs celui de la grand-mère maternelle. S'il ne sert à rien d'autre -n'étant jamais utilisé- le nom des chiens présente au moins l'avantage d'éclairer la lanterne de l'ethnologue !

Chez les humains, en revanche, la transmission onomastique parallèle (unisexuée) n'est qu'un idéal, loin donc de rendre compte de tous les cas concrets. Car en pratique, les aléas de la vie et la symétrie du système font qu'une femme peut être amenée à nommer son fils ou un homme, sa fille. Dans le premier cas, la mère nomme le gargon d'après son oncle maternel à elle, tandis qu'un homme nommera sa fille d'après sa tante paternelle. On dit alors kuku kune et nachi kune.

.....
Les cognats koka et nachi sont d'ailleurs ceux que l'on retrouve (respectivement femme et homme parlant) pour appeler un enfant de sexe opposé dans beaucoup de nomenclatures vocatives pano...

.....
La question de savoir qui nommera en définitive l'enfant se pose dans les cas de paternité incertaine, multiple (si les co-géniteurs ne sont pas frères) et, surtout, incestueuse. L'enjeu est de taille, et l'imposition du nom entraîne parfois de vives discussions car seul le nom propre permettra de clarifier la relation en cas de généalogie ambiguë. A ce titre, on relève que les Matis font preuve de beaucoup plus d'indulgence envers certains incestes qu'envers le nomina confusa, aussi rare que mal vu. On a toujours plusieurs géniteurs -donc parfois trop-, mais il faut avoir un seul nom qui se garde à vie.

L'exemple des nombreux mariages obliques résultant de la dépopulation dramatique de ces dernières années montre bien le rôle clarificateur du nom. Les enfants issus de tels mariages voient leur position légitimée, ou plutôt tranchée, par la nomination, ce qui minimise les incongruités résultant du retraitage cognatif des liens. Le dédoublement de la personne n'est alors qu'accidentelle (par opposition essentielle), et si les proches parents peuvent dire, par exemple, qu'un tel est simultanément piak et kaniwa parce

qu'à la fois fils de soeur et d'oncle maternel, en revanche, les parents plus lointains se fieront au seul nom pour déterminer le degré de parenté.

Les Matis utilisent en effet les noms exactement comme des termes de parenté, à tel point qu'interrogés sur les liens qui les unissent à des homonymes, ils répondent seulement, "nukun misheni", mon homonyme. Femme parlant, les termes d'homonymie permettent même de préciser l'âge relatif, grâce à la paire misheni (cadette) / chia (ainée) qui coexiste avec terme générique anchioka (homonyme tout court ane: "nom", chuka: homonyme). Or le marquage linguistique des différences d'âge est justement une des caractéristiques de la nomenclature de parenté matis.

On peut de même repérer les parents lointains par rapport à des proches ayant le même nom. Il suffit alors de suffixer le modificateur ane, "nom", au terme de référence. Combien de fois, par exemple, n'a-t-on pas entendu "tita-ane" au cours de nos enquêtes! L'onomastique fournit ainsi des raccourcis commodes pour calculer les liens.

Le principe de l'équivalence des homonymes trouve même une expression obligatoire dans la terminologie de parenté. On relève ainsi, homme parlant, le terme nachiana (au lieu de nachi) pour une nièce croisée ou tante paternelle plus jeune qu'ego. Et dans la nomenclature féminine, le terme amioka, décomposable en ame "père" + chuka "homonyme", désigne la catégorie des frères de père et des fils de frère, une des rares pour laquelle aucun ego ne distingue les âges relatifs. Ici, le nom fonctionne non seulement comme, mais encore à la place d'un lien de parenté.

L'exemple d'amioka met en évidence un certain nombre de caractéristiques des systèmes pano:

1. Ses tendances patrilineaires, difficiles à concilier avec le cognatisme pano et qui mériteraient un traitement particulier.
2. L'acceptation très lache de l'homonymie pano, car s'il est clair que seuls des gens de sa catégorie sont supposés porter le même nom que le père d'ego féminin, tous sont loin de porter le même nom particulier. L'homonymie pano ratisse large.

.....
NOTE: Dans certaines nomenclatures (Cashibo, Marinawa), on va jusqu'à considérer comme homonymes "x-xuta", des fratries entières, tous sexes confondus. De même, les sections Caxinawa, mixtes, se définissent comme homonymes.

-
3. En se référant au nom, on repère explicitement le parent non plus directement par rapport à soi-même, mais par l'intermédiaire d'alter.

Dès qu'intervient le nom, on constate en effet -chez tous les pano- d'une part une sorte de suspension, de mise à l'écart des repérages ego-centrés, et d'autre part, une abolition des distinctions d'âge relatif.

Afin d'expliquer par exemple pourquoi une femme appellait le fils de son fils buchi, "frère ainé", un informateur expliqua qu'il pouvait de même appeler son fils "mama", (père) par ce qu'ils portaient le même nom.

Grace au nom, les repérages sont donc potentiellement absolus, et le système, sociocentrique. Les homonymes d'untel le sont pour tout le monde. On ne s'étonnera donc pas d'apprendre que les Caxinawa utilisent les noms de section au vocatif (D'ANS 1983) de même que les Marubo font parfois précéder leurs noms propres de noms de section (MELATTI 1983:104). D'ailleurs, dans la plupart des langues pano (mais pas en matis), le vocatif est kariera, ne retenant que les termes destinés aux ainés et les complétant par une nasalisation qui évoque nettement le possessif pano en "-n". On voit ainsi le nom apparaître comme un opérateur de classe, ce qui explique sans doute pourquoi il est éminemment mentionnable, du moins chez les Matis.

Pareille médiation des relations sociales évoque naturellement la technonymie, et on me pardonnera donc une petite digression à ce propos.

Dans notre profession, qui dit technonymie pense Piaroa, Txicao, etc. (cf. KAPLAN 1975, MENGET 1976). Empressons nous donc d'ajouter que la formule matis se situe aux antipodes de ces modèles classiques.

En effet, inversement à ce qu'on constate en général -y compris chez les autres pano-, la technonymie matis procède en rapportant des cadets ou des dépendants à un ainé prestigieux. Les enfants sont donc fils ou fille d'untel, Daman papi ou Seton champi, voire, hérésie amazonienne, Darapan shari, orpheline de Darapa. Et chacun reprend évidemment ces désignations à leur propre compte. Qui va là, Tukuman champi? (la fille de Tukuman la veuve) Non, c'est Kwinin papi répondra un petit garçon dont on aura deviné que son père est Kwini...

Même les femmes peuvent être ainsi rapportées à leurs époux, comme par exemple Daman awin, l'épouse de Dama que même sa propre mère n'hésite pas à appeler de la sorte.

On voit ainsi apparaître des points de focalisation dans le socius, points autour desquels se cristallisent des familles élémentaires. La technonymie permet donc elle aussi de repérer par rapport à un nom, de définir alter de manière tout à fait socio-centrique. Il est vrai qu'ici, on rapporte à des chefs de famille plutôt qu'à des "sections", qui n'existent d'ailleurs pas chez les pano septentrionaux. Les Matis auraient-ils transposé leurs sections au niveau micro-social adéquat pour une société aussi réduite? n'osant guère affirmer qu'un ainé est leur bakwe.

On a vu l'onomastique endosser un rôle régulateur et socio-centrique chez les Matis. On sait, par ailleurs, que le stock de noms y est limité et que les membres d'une fratrie portent fréquemment le même. Comment, dans ces conditions, la fonction "particularisante" associée partout et toujours au nom propre (cf. LEVI STRAUSS 1962, PETESCH ms.) peut-elle dès lors s'exprimer?

L'individualisme et le sens de l'humour des pano ne sauraient évidemment se contenter d'une onomastique purement génériques. Même si le pole du moi intime (de la gemeinschaft) semble systématiquement minimisé au profit de la personne sociale (gesellschaft) dans les appellations

pano, celles-ci n'en permettent pas moins de distinguer entre les différents individus, en particulier par le biais du fractionnement des noms en surnoms et post-noms.

Cette idée de fractionnement peut surprendre, mais se justifie parce que le surnom matis est plutôt un fragment du nom qu'un élément additif qui s'y juxtaposerait. En fin de compte, on verra que le surnom n'est descriptif et désinatif qu'en pratique, et tout à fait transitoirement. Normativement, il apparaît non pas comme un complément mais bien comme une variante contextuelle du nom véritable.

Prenons l'exemple du surnom Puche puche. Bien qu'on ne l'entende jamais prononcer qu'à propos d'un homme tué par des madereiros il y a déjà de nombreuses années, les Matis vous diront pourtant que les Puche puche sont légion: en effet, le véritable nom de leur éposurnyme était Make, un des noms les plus courants chez les Matis contemporains. Bien que le "vrai" ait disparu tragiquement, il reste tout de même autant de crypto-Puchepuche que de Make...

On voit ainsi que les particularismes peuvent certes s'exprimer, mais qu'ils sont simultanément niés par la conception même du nom. Les systèmes-pano reposent trop sur la valeur inclusive de leur nomination pour y tolérer le développement d'unités discrètes. Nous y reviendrons.

Conformément à l'absence d'interdit posé sur le nom, les "surnoms" matis prennent souvent la forme de simples appendices onomastiques accolés au nom stricto-sensu. Deux Bina pourront ainsi être l'un Bina tuku, l'autre Bina shono en fonction de leur taille respective. Leur frère classificatoire pourra être, quant à lui, Bina wasa, le clair.

Ce sont généralement des adultes que l'on appelle ainsi, réservant aux membres moins prestigieux de la communauté les surnoms "véritables", ceux qui ne font aucune mention du nom officiel. Inversement, le nom "pur" semble -en pratique- réservé à l'ainé d'une macro-fratrie d'homonymes.

Tumi, second en age des hommes Matis, se distingue par exemple de Tumi wasa et de Tumi tuku par l'absence de qualificatif. On entend certes, parfois, le barbarisme Tumi preto emprunté à la terminologie de la FUNAI qui distingue ainsi entre deux Tumi corésidents et d'age similaire. Mais le détour par le portugais indique bien l'anomalie d'une telle dénomination: les additifs onomastiques doivent avoir une tonalité neutre, ou péjorative, et si l'antonyme de wasa, à savoir wisu, n'apparaît jamais, c'est sans doute parce que le noir est valorisé et renvoie à la séniорité, ce qui est incompatible avec la conception du surnom comme apanage de la jeunesse.

On pourrait penser qu'on a affaire, avec ce qu'on a appelé les post-noms, à une série de marqueurs permettant simplement de distinguer entre des homonymes, et tel est effectivement une manière de voir les choses. Mais on observe également, dans certains cas, que l'appariement de ces compléments avec le nom de base est tellement prégnant que le tout qui en résulte, utilisé systématiquement, donne l'impression de s'être figé au point de perdre tout lien avec son origine et de devenir une sorte de nom composé. Du

coup, le post-nom peut se transmettre en même temps, que le nom, en somme, en faire partie intégrante exactement comme Puche puche est venue se greffer sur Make.

A l'heure actuelle, il y a ainsi deux Bwinin bwisho. Leur nom théorique -jamais utilisé- est Bini, bwisho signifiant l'"aveugle" et le -n indiquant une localisation. Or aucun de ces Bini ne présente de déficience visuelle! L'un des deux a simplement hérité du post-nom en même temps que du nom d'un ascendant (son père de père) moins chanceux, tandis que l'autre -un bébé né en 1985- a été nommé d'après le nouveau Bwinin bwisho qui se trouve être le kuku (frère de mère) de sa mère célibataire.

Un post-nom peut ainsi se transmettre jusqu'à la génération -4, se trouvant alors, bien sûr, dénué de tout fondement. Il y a, comme dans la situation andaloue étudiée par PITT-RIVERS (1977:ch.5) une déperdition sémantique du surnom à mesure qu'il se répète. Mais la particularité de cette usure, ici, vient de ce qu'elle semble voulue.

Car s'il faut voir dans l'exemple des Bini aveugles une occurrence de l'effet humoristique que les Pano tirent systématiquement des équivalences onomastiques, on peut surtout y voir une forme de négation du particularisme des post-noms à travers leur transmission aux générations alternes. Grâce au pouvoir d'absorption du nom, on assiste à une sorte d'assimilation régressive des surnoms dont on affirme après coup qu'ils n'avaient rien d'individualisant: d'autres ne les ont-ils pas reçus tels quels ?!

Réaffirmation retroactive de la cohésion des homonymes, cette manière de procéder fournit une solution des plus élégantes au problème du tiraillement entre le besoin d'individualisation et la norme socio-centrique. Le compromis adopté semble d'ailleurs d'autant plus astucieux que l'absurdité même des situations qui résultent de ce traitement littéral de l'unité nominale aboutit rapidement à un abandon du post-nom qui finit par perdre sa raison d'être. En quelques générations, l'amnésie onomastique interviendra et les néonymes composés réintègreront le stock des noms "vérifiables". L'extraordinaire homogénéité des noms dans l'ensemble de la famille linguistique pano en atteste suffisamment.

Contrairement à ce que LAVE (1979) décrit pour les Krikati, la transmissibilité des surnoms ne donnera lieu, chez les Matis, ni à une rénovation nominale, ni à la constitution de lignées synonymes. L'inflexibilité classificatoire des systèmes pano prévaudra.

On comprend donc que si le respect de la forme onomastique originelle prédomine, le principe de la transmission des post-noms et surnoms n'en est pas moins primordial. Paradoxalement, il est impératif d'une part qu'ils se transmettent pour respecter le socio-centrisme onomastique, et d'autre part, qu'ils finissent par s'estomper afin qu'on puisse les renouveler et préserver ainsi leur potentiel discriminant.

*****...

En apparence, le surnom, trop individualiste pour être toléré, n'existe donc que pour se désagréger. On insistera pourtant, en conclusion, sur l'individualisme Matis car, paradoxalement, ces amérindiens ne semblent absolument pas conscients du potentiel kariera de leur onomastique. Pour eux, l'homonymie semble surtout prise au sens strict, et la transmission identitaire est pensée au coup par coup, en termes d'individus plutôt que de groupes.

Une jeune mère nous a ainsi affirmé que son fils s'appelait kiripo (du portugais "grinfo"), comme son oncle maternel à elle, semblant par ailleurs ignorer que son vrai nom était Make (encore un!).

Même ce qu'on pourrait appeler le principe de Puchepuche n'est pas appliqué rigoureusement puisqu'il y a, par exemple, deux Enawat (surnom signifiant cabiai) dont on affirme par ailleurs qu'elles ne sont pas homonymes. Personne ne s'en étonne, expliquant qu'elles ont été nommées d'après deux femmes différentes.

En l'occurrence, comme l'une est une la soeur du père (nachi) de l'autre, l'abolition de l'équivalence des surnoms remet en fait le système sur ses pieds, mais ce cas montre également que, chez les Matis, ce sont avant tout les liens interpersonnels qui priment.

Même Kwini, de loin un des plus savants des Matis survivants, raisonne de la sorte. Après m'avoir appris qu'il pouvait appeler son fils Bini "papa", il rajouta en effet qu'à la réflexion, il pourrait tout aussi bien l'appeler "chayro" (père de mère) puisque le sien était lui aussi un Bini...

Un autre Matis à qui je demandais pourquoi lui et son frère avaient une ornementation faciale différente répondit sans partager mon partage mon inquiétude que c'était tout simplement parce qu'en lui perforant le visage, l'acuponcteur prenait modèle sur un grand-père paternel (buchi) autre que celui ayant servi pour son frère.

Ainsi, il est clair que chez les Matis, en dépit des tendances fondamentalement anti-egotiques dont il a été question, l'enveloppe kariera des systèmes de transmission de l'identité (dont le système de parenté, l'onomastique et l'ornementation sont autant de facettes) découle de l'application répétée de principes mécaniques plutôt qu'il ne répond à un visée globale. C'est la somme algébrique des nominations et des perforations trans-générationnelles qui définit en extension contour général. S'il y a bien un schéma général, il semble toutefois difficile d'admettre qu'il soit organisateur.

De nos jours, chez les Matis, tout le monde porte les mêmes tatouages, et, à une exception près, les mêmes ornements permanents. Même l'idée de moitié semble avoir disparue, si ce n'est dans la répartition du règne animal en deux classes, les ayakobo et les tsasibo. Or, si certains Matis se réclament des tsasibo, nulle trace, en revanche, d'ayakobo humains.

Il n'est donc guère surprenant que les Matis, sans doute parce qu'il s'agit d'une population extrêmement réduite, ne

présentent aucune des unités socio-centriques dont on devine pourtant qu'elles ont forgé leurs conceptions ontologiques pendant plusieurs générations. Et on terminera donc sur la question suivante: faut-il parler de survivances? Postuler que du temps des ayakobo, les unités sociales supplantaient les liens individuels au lieu de les camoufler comme ils le font de nos jours?

Ce n'est malheureusement pas chez les Matis qu'on trouvera une réponse à ces interrogations, mais puisque ce colloque s'intitule "pesquisas recentes na Amazonia", formulons l'espoir que le développement récent et massif des études Pano offrira de nouvelles perspectives comparatives.